

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

OS DONOS DO VOTO: ELEIÇÕES, DINHEIRO, VIOLÊNCIA E DOMINAÇÃO NO BRASIL

Sérgio José Custódio

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.4228>

Submetido em: 2022-06-05

Postado em: 2022-08-22 (versão 2)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

OS DONOS DO VOTO: ELEIÇÕES, DINHEIRO, VIOLÊNCIA E DOMINAÇÃO NO BRASIL.

ARTICLE

THE OWNERS OF THE VOTE: ELECTIONS, MONEY, VIOLENCE AND DOMINATION IN BRAZIL.

SÉRGIO JOSÉ CUSTÓDIO¹

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9019-8564>

Resumo: O artigo problematiza a noção de patrimonialismo como principal razão explicativa para a dominação no Brasil, como presente em vários autores, com destaque para Faoro (1958, 1974, 2022) e Swartzman (2003, 2007). A partir das pistas teóricas deixadas por Maria Sylvia de Carvalho Franco, o objetivo é a busca de uma interpretação que considere a relação entre dominação, violência e manutenção perene da desigualdade no Brasil no quadro de um capitalismo moderno desde sempre, colocado em comparação com uma interpretação da dominação baseada no patrimonialismo e no atraso. A metodologia analisa documentos da imprensa e do judiciário em torno da crise política brasileira iniciada em 2013, constrói um tipo-ideal e deduz um tipo empírico presente no sistema. A conexão de sentido da dominação brasileira informa uma relação forte entre o operador político nascido do capanga, as eleições, o exercício do poder político e uma criptoplutocracia, presente, ao menos desde o XIX e que deu o tom no sistema político brasileiro sob o manto do financiamento privado das eleições, controlando as riquezas do Brasil nas mãos da plutocracia e perpetuando ignóbeis desigualdades. É o patrimonialismo sem aura: criptoplutocracia e operador político. Um espectro que ronda o voto popular e as eleições. É o espectro da violência política.

Palavras-chave: Patrimonialismo; desigualdade; criptoplutocracia; operador político; dominação no Brasil.

Abstract: The article problematizes the notion of patrimonialism as the main explanatory reason for domination in Brazil, as present in several authors, especially Faoro (1958, 1974, 2022) and Scwartzman (2003, 2007). Based on the theoretical clues left by Maria Sylvia de Carvalho Franco, the objective is to search for an interpretation that considers the relationship between domination, violence and the perennial maintenance of inequality in Brazil within the framework of a always modern capitalism, compared with a interpretation of domination based on patrimonialism and backwardness. The methodology analyzes documents from the press and the judiciary around the Brazilian political crisis that started in 2013, builds an ideal-type and

¹ Ph.D. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). O autor é graduado em Ciências Econômicas pela Unicamp, mestre em Educação pela USP e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas das Políticas Públicas para a Inclusão Social (GEPPIS-USP). Email: sergiojosecustodio@usp.br

deduces an empirical type present in the political system. The connection of meaning of Brazilian domination informs a strong relationship between the political operator born from the henchman, the elections, the exercise of political power and a cryptoplutocracy, present, at least since the 19th century, that set the tone in the Brazilian political system under the mantle of private financing of elections, controlling the wealth of Brazil in the hands of the plutocracy and perpetuating ignoble inequalities. It is patrimonialism without aura: cryptoplutocracy and political operator. A specter that haunts the popular vote and elections. It is the specter of political violence.

Keywords: Patrimonialism; inequality; cryptoplutocracy; political operator; domination in Brazil.

Resumen: El artículo problematiza la noción de patrimonialismo como principal razón explicativa de la dominación en Brasil, presente en varios autores, especialmente Faoro (1958, 1974, 2022) y Swartzman (2003, 2007). A partir de las pistas teóricas dejadas por Maria Sylvia de Carvalho Franco, el objetivo es buscar una interpretación que considere la relación entre dominación, violencia y el mantenimiento perenne de la desigualdad en Brasil en el marco de un capitalismo moderno que siempre ha sido, mientras comparado con una interpretación de la dominación basada en el patrimonialismo y el atraso. La metodología analiza documentos de la prensa y del poder judicial en torno a la crisis política brasileña iniciada en 2013, construye un tipo ideal y deduce un tipo empírico presente en el sistema político. La conexión de sentido de la dominación brasileña informa una fuerte relación entre el operador político nacido del secuz, las elecciones, el ejercicio del poder político y una cripto-plutocracia, presente, por lo menos desde el siglo XIX, que marcó la pauta en el brasileño sistema político bajo el manto de la financiación privada de las elecciones, controlando la riqueza de Brasil en manos de la plutocracia y perpetuando innobles desigualdades. Es patrimonialismo sin aura: cripto-plutocracia y operador político. Un espectro que acecha el voto popular y las elecciones. Es el espectro de la violencia política.

Palabras clave: Patrimonialismo; desigualdad; cripto-plutocracia; operador político; dominación en Brasil.

INTRODUÇÃO

Nel mezzo del cammin di mostra vita

Mi ritrovai per uma selva oscura,

Chè la diritta via era smarrita.

O Brasil sempre teve eleições, seja na colônia com escravidão negra e indígena, seja na ditadura de 1964-1985. Por isso, o argumento de que o processo político em curso inaugurado em 2013 não é um golpe de Estado, talvez um golpe parlamentar, se sustenta num lugar-comum: as eleições têm ocorrido de modo competitivo no Brasil.

Para ir além desse nó górdio, é preciso desvendar os mecanismos operacionais dessa democracia que pariu Mateus, seu anátema.

A crise econômica de 2008 ecoa a de 1929. Nesse cenário, entre rasgos de ufanismo pela descoberta entorpecedora de gigante fortuna em petróleo no Brasil, a cobiça interna e externa, Dilma Rousseff cria a Comissão da Verdade em 2011 e a instala em 2012. Há reação nos quartéis. O Brasil não é a Argentina.

Com o fim da guerra-fria, a doutrina militar dominante migra do inimigo interno comunista para a guerra híbrida, ensinada por estrategistas militares estadunidenses e russos. A inteligência artificial e a psicométrica apimentam o poder assimétrico infraestrutural autônomo em poucos Estados-Nacionais que o podem exhibir: satélites, cabos submarinos, extrativismo de dados. Bilionários do 1% viram agentes políticos capitais da extrema direita no mundo (MAYER, 2016). Celulares inteligentes em mãos de milhões inauguram impérios privados sem intermediários, feito o confessionário novo para qualquer virtual inquisição. Ângela Merkel e Dilma Rousseff são grampeadas em 2012.

A agitação e o apoio popular, o primeiro passo antigo do típico golpe de Estado latino-americano do século XX, tem seu trabalho facilitado: a agitação no meio da massa vale-se da inteligência artificial e fica ao alcance de alguns clics por parte de controladores da tecnologia.

O vendaval das manifestações que vem de não se sabe onde (e também se sabe) varreu o Brasil em 2013, emparedando as instituições, levantando tapetes. Mostrou uma virtuosa epifania anarquista represada na história e indiciou a presença fascista também, sem ilusões.

Nesse quadro, uma mudança institucional no Brasil, a Lei 12.850/2013, conhecida como lei da delação premiada, jogaria luz sobre algumas sombras do sistema político. Como retratado na obra de Dante Alighieri, se alguns humanos tentam passar pelo juízo final para entrar no céu outros irão para o inferno. Assim, a perturbação do sistema político pelo judiciário beneficiaria alguns atores em prejuízo de outros. Obra do parlamento? Não, obra do partido real do judiciário na senda legal aberta pelo parlamento. Um judiciário prático, em que uma parcela burocrática ativa do partido do judiciário ativou o dito forte nos tribunais do país e sua forte institucionalidade informal: “Não me

fundamenta nada em Constituição, só em lei que presta!”² Deu em prisão de parlamentar dentro da lei. O Senador Delcídio Amaral seria preso e levado para a cadeia pela polícia federal no fluxo atordoante do tribunal fixo de primeira instância que andava por todo o território nacional numa caçada sem precedentes onde o legislativo era vidraça, não só ele.

A crise política do Brasil revelou que “desde 1946” um dado método subterrâneo de ganhar eleições operaria na prática.

Na delação mais explosiva da maior investigação contra corrupção no País, o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado afirmou ‘que o esquema ilícito de financiamento de campanha e de enriquecimento ilícito desvendado pela Lava Jato ocorre desde 1946’. (AFFONSO; BRANDT; MACEDO; COUTINHO, 2016).

“Isso (*caixa 2*) sempre foi o modelo reinante no País e que veio até recentemente. Porque houve o impedimento e foi a partir de 2014 e 2015. Mas até então, sempre existiu, desde a minha época, da época do meu pai, da minha época e também de Marcelo, de todos aqueles que foram executivos do grupo”, afirmou Emílio. (BRANDT; AFFONSO; HUPSEL FILHO; MACEDO, 2017)

A petição número 6138/2016 (GTLJ/PGR), impetrada em 23/05/2016 junto ao STF (Superior Tribunal Federal) e documentos como os acima indicados, informam o estatuto legal, a homologação formal para a delação de José Sérgio de Oliveira Machado,

Esses (*sic*) contextos incluem a prática de crimes de organização criminosa, corrupção ativa e lavagem de dinheiro, com envolvimento do Vice-Presidente da República, de Senadores e Deputados Federais, bem como de controladores e presidentes de empresas de construção civil e do próprio colaborador, nos seguintes âmbitos temáticos principais: obtenção por empregado público de alto escalão de vantagens indevidas junto a empresas que tinham contratos com empresa estatal federal e repasse de parte da propina para políticos em exercício de mandato eletivo; pormenorização da mecânica de repasse de vantagens indevidas na forma de doações oficiais; funcionamento e modus operandi da organização criminosa investigada na Operação Lava Jato e obstrução em curso da Operação Lava Jato”. (ZAVASCKI 2016, p. 354).

O sistema político brasileiro é investigado pelo judiciário. Um processo inquisitorial? Consta na capa da petição acima: “Procedimento Oculito e em Sigilo de Justiça”.

Isso chama a atenção para a importância das dimensões invisíveis do poder (LUKES, 2005) na apreensão de fenômenos políticos, o que não é nada simples, pois força é parte

² Professora Cynthia Soares Carneiro, em exposição no auditório Milton Santos, na FFLCH-USP, em 27 de maio de 2022.

desse poder invisível, assim como o jogo de cena, a fumaça que sobe dos gélidos cálculos políticos.

Pairam no ar elementos escondidos na origem do poder legislativo via eleições na República do XXI, como na Terceira República?

A permanência parece ser mais antiga, informa a literatura.

O complemento inevitável da despolitização do governo municipal foi o falseamento do governo municipal e da representatividade política. O número de eleitores foi mantido sempre em níveis baixíssimos e o processo eleitoral foi totalmente falseado pela intimidação, pela violência e pela fraude. (CARVALHO, 1987, p. 34-35).

A capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro tinha cerca de 500 mil habitantes no começo da República. Fortes fenômenos políticos populares e militares na Primeira República logo em suas primeiras horas foram acomodados e contornados pela oligarquização da política de governadores via partidos estaduais que garantiu o poder executivo e legislativo nas mãos de muito poucos, algo pouco estudado enquanto regime político antidemocrático, anti-republicano e racista em essência. A ordem e o progresso significavam “Governar o país por cima das multidões agitadas da capital”, infere CARVALHO (1987, p. 33).

No que se refere a representação municipal, ela ficava solta, sem de prestar contas a um eleitorado autêntico. A consequência foi que se abriu por este modo o campo para os arranjos particularistas, para as barganhas pessoais, para o tribofe, para a corrupção. E então fechou-se o círculo: a preocupação em limitar a participação, em controlar o mundo da desordem acabou por levar à absorção perversa desse mundo na política. Ao lado de funcionários públicos, passaram a envolver-se nas eleições e na política municipais, por iniciativa dos políticos, os bandos de criminosos e contraventores do estilo de Totonho e Lucrécio Barba de Bode, descritos por Lima Barreto, os donos de casa de prostituição e de jogo. Eram estes malandros, no sentido que tinha a palavra na época, os empresários da política, os fazedores das eleições, os promotores das manifestações, até mesmo a nível da política federal. (CARVALHO, 1987, p. 37/38).

O autor aponta impressões em forma bruta de “empresários da política” e “fazedores das eleições” em conexão com a violência política, numa chave pé no chão do Brasil real na história que se presta muito como parâmetro para o entendimento do processo legislativo brasileiro sob o financiamento privado eleitoral no pós-1988 e como no sistema político brasileiro opera na prática os fazedores de eleição quando o dinheiro vertical privado do financiamento da eleição chega ao chão da zona eleitoral num dado território do país.

Muito do preconceito no Brasil aponta o nordeste como epicentro da noção de curral eleitoral, o que é uma grosseria, aqui ele têm vida no mais moderno epicentro urbano do capitalismo brasileiro.

Ficava de fora da sociedade política a grande maioria da população. A exclusão dos analfabetos pela constituição republicana era particularmente discriminatória, pois ao mesmo tempo se retirava do governo a obrigação do governo de fornecer a instrução primária, que constava do texto imperial. (CARVALHO, 1987, p. 44/45).

Era a ordem liberal profundamente antidemocrática, conclui o autor. Se 2% participavam da eleição, os representantes do legislativo e do executivo conformavam muito pouca gente, a gente da dominação política. Esse fenômeno político era tanto rural como urbano para o autor, era geral no Brasil.

O desencanto fica transparente no Manifesto do Centro Socialista aos Operários e Proletários, lançado em 9 de janeiro de 1899 no Rio de Janeiro. Aí se afirma que, se o Império vivera sob o monopólio dos donos de escravos, a República “vai vivendo à custa dos mais repugnantes sindicatos políticos e industriais, geradores de uma perigosa oligarquia plutocrática tão pernicioso como a oligarquia aristocrática”. (CARVALHO, 1987, p. 56).

O partido comunista no Brasil seria fundado apenas em 1922, já o Centro Socialista, que tinha o advogado negro Evaristo de Moraes como uma de suas lideranças, era ponta de lança de uma democracia ativa, de um socialismo democrático para CARVALHO (1987). Mas, para esse artigo, importa de forma pontual, destacar a “oligarquia plutocrática”, epíteto dos heróis brancos da Primeira República, recuperado das fontes de forma bruta pelo autor.

O historiador Nicolau Scvchenko também toparia com essa pedra bruta.

Euclides foi republicano, desde o tempo de aluno da Escola Militar, mas sempre se mostrou descrente de que a mudança do regime, por si só, pudesse realizar o milagre de uma democracia popular. Lima Barreto, que se conservou de certo modo um nostálgico da monarquia, apesar das suas manifestações anarquistas, atacou sem reservas o sistema que se lhe afigurava uma oligarquia de caráter mais aristocrático que o parlamentarismo imperial. O que pode parecer até um paradoxo, mas não era. A essa curiosa forma de governo de fazendeiros de café, capitalistas e bacharéis, muitos dos quais advogados dos interesses de grupos privilegiados e até anti-nacionais, Lima Barreto chamou de plutocracia, talvez com um certo exagero, mas sem falsear a verdade.” (BARBOSA APUD SEVCENKO, 1999, p. 14)

Bagatelas e bruzundangas davam o tom político real do Brasil? O fenômeno político da plutocracia do mundo real da Primeira República foi captada pela antena refinada do

negro Lima Barreto no tempo do país sem universidade, como anotada por SVCENKO (1999).

O revezamento das elites foi acompanhado pela elevação do novo modelo do burguês argentário como o padrão vigente do prestígio social. Mesmo os gentis-homens remanescentes do Império, aderindo à nova regra, “curvam-se e fazem corte ao burguês plutocrata”. Era a consagração olímpica do arrivismo agressivo sob o pretexto da democracia e o triunfo da corrupção destemperada em nome da igualdade de oportunidades. (SEVCENKO, 1999, p. 68)

Assim, dois historiadores de renome trazem o tema bruto da plutocracia, sem lapidá-lo em si, mas conectada com a desigualdade que a não existência de políticas públicas para os ex-escravizados amparava. Em que medida a violência política, os fazedores de eleições, os empresários da política, outra forma bruta destacada, se associa com a plutocracia nas eleições, quais são os mecanismos reais, operativos?

Algo de podre emerge no Brasil com a Primeira República, deixa marcas no sistema político, ganha asas de longa duração sob o regime de financiamento privado das eleições, como ensinava Braudel na escola dos annales sobre a importância do olhar para o que fica na história. José Murilo de Carvalho e Nicolau Svcenko, grandes historiadores da história do Brasil, afastam da poeira alta recente no ar da história do XXI qualquer espirro novidadeiro.

Em 1947, a tese de doutorado de Victor Nunes Leal, “Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil” lapida, um tanto, as pedras brutas presentes na representação política no Brasil anotada pelos historiadores. Violência, desigualdades e eleições, configurações da política real nos municípios, heranças do Império e desenvolturas na Primeira República, em torno do coronel, o dono dos votos, dão o tom do que não se desmanchou no ar.

No começo do século XX no Brasil, numa economia rural, a burocratização avança lenta em sete ministérios liberais e em partidos estaduais. O sentido da representação política se relaciona com a estrutura agrária do país, onde sobressai a figura do coronel, o chefe político local que circula no sistema, responsável por cabular os votos na municipalidade por meio de quaisquer métodos de uso do poder, dinamicamente, uma vez que “Assim como a estrutura agrária ainda vigente contribui para a subsistência do

“coronelismo”, também o “coronelismo” concorre para a conservação dessa mesma estrutura” (LEAL, 2012, p. 238). Do “coronelismo” emerge uma violenta garantia da tendência à perpetuação na história de uma mesma minoria complexa³ eleita em nível municipal, estadual e federal.

O “coronelismo” subsistiria pela “utilização do dinheiro, dos serviços e dos cargos públicos, como processo usual de ação partidária”, mesmo nos anos 1940, apesar da criação da Justiça Eleitoral, da burocracia de Estado nos anos 1930. Talvez não fosse nunca mais o mesmo. Sua sobrevivência, não como mero fantasma, indica a necessidade de encontrar seus dois pés, o seu chão no sistema político brasileiro para que, enquanto mecanismo operativo da democracia brasileira como ela é e oscila, não seja como “ideias sem pernas e sem braços”⁴.

Sobre os donos do poder, essa plutocracia, essa minoria complexa, debruçou-se Raimundo Faoro. O gaúcho de Vacaria, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil em momento importante de combate à ditadura militar (1964-1985), advogado de escritório e não um acadêmico de carreira escreveu uma “barbaridade tchê” e virou um clássico para o entendimento do Brasil: procura um “modus operandi” dos donos do poder no Brasil, do passado até meados do XX. Ele escreve no momento histórico da segunda geração depois dos 1930, assim considerada, pela historiografia, de intérpretes do Brasil, com obras de enorme fôlego, como Formação da Literatura Brasileira, de Antonio Candido; Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado; Geografia da Fome, de Josué de Castro; A redução sociológica, de Guerreiro Ramos. Lançado primeiro em dois volumes em fins dos anos 1950 e depois num único só na década de 1970, com complementos do autor, o que foi relançado em 2022 em nova edição, nos 200 anos da Independência do Brasil. A última edição e a anterior são um mergulho profundo na genética do poder no Brasil. Aborda o estamento burocrático, seu

³ O termo “minorias complexas” busca qualificar de modo simples essa minoria numérica, sem indicar a mobilização ou adesão automática a correntes relevantes de interpretação social e suas categorias mais difundidas, como é o caso de “elites do poder”, presente na obra de Charles Mills ao estudar o poder nos Estados Unidos, ou de “classe dominante”, no caso de Karl Marx, ou José Murilo de Carvalho, ao estudar a construção do Estado Nacional no Brasil no século XIX à partir de uma elite de advogados presentes no parlamento e no Estado. Paradoxalmente, elementos destas três construções teóricas podem ter pertinência na leitura da minoria complexa de poder no sistema político brasileiro. Matos (2013) indica em 2% essa minoria na primeira república, base inicial para sua largada histórica.

⁴ Machado de Assis, Dom Casmurro.

surgimento em Portugal e sua manutenção e desdobramentos no correr da história do poder no Brasil.

O autor discute as formas de governo: oligarquia (de poucos), monarquia (de um só), democracia (do povo) e assevera: o Brasil foi governado por uma elite sempre. Está elite se aninhou e se reproduziu no poder, o estamento burocrático é sua outra face. Ele se posiciona acima da nação, das classes sociais e feito vírus se reproduz no tempo, estando seus quadros sempre alerta e sempre escalados para posições eminentes de mando, de controle do Estado.

No estamento burocrático a burocracia é o centro nevrálgico da cena política, da criação, exercício e reprodução do poder de uma elite sobre a sociedade, sobre a nação. O Estado luso-brasileiro abriga o estamento burocrático e não deixa espaço para acomodar outras doutrinas, como o materialismo dialético, de Marx e Engels. Há uma independência do Estado, pairando no ar, feito beija-flor eterno, feito nuvem, vertical, com a nação, a sociedade sob seu jugo.

O estamento burocrático é uma metamorfose ambulante sendo sempre o mesmo, uma constante na história do Brasil e de Portugal. Aparecia primeiro sob as vestes da aristocracia togada e de títulos. Depois, travestido de militares, médicos, bacharéis, altos funcionários públicos e agentes do Estado. Sua marca é a persistência do patronato político sobre a nação. O Estado patrimonial-aristocrático é aristocrático, coisa para escolhidos, poucos e está acima da nação. É uma plutocracia?

O enredo de seu domínio sobre o Estado em Portugal se justificaria pela funcionalidade que cumpria na entrada subordinada de Portugal na economia capitalista mundial. Para o Brasil vale a mesma justificativa, o cumprimento de tarefas requisitadas pela posição dependente na economia capitalista mundial. Daí decorre a lógica do recrutamento e da reprodução no comando burocrático e no comando político do Estado, do estamento burocrático, seja para as funções “administrativas” ou “políticas”, seja no regime colonial, agregado, monarca, de democracia viciada ou de “golpe de Estado”.

Chefia única, distribuição de favores, reprodução de privilégios e postos distintos para os colaboradores, governo como provedor de altos cargos, justiça seletiva conforme o sobrenome do sujeito, nenhuma atenção às normas objetivas e impessoais. Igreja, militares, políticos, diplomatas, governantes, poder judiciário, executivo e legislativo

sob o grande manto do mando aristocrático-patrimonialista. Vivifica sempre o mesmo estamento, nas diversas posições de comando do Estado, escalado sem intermediários.

A burguesia não submete, o texto da lei não submete, o poder privado é submetido e não submete. As massas, se escravizadas ou não, cumprem as ordens de cima, do estamento, se tiverem juízo. Em Getúlio Vargas, mesmo nos anos 1930, o autor identifica os traços do estamento burocrático metamorfoseados.

O ideal dos Estados patrimoniais – escreve Max Weber – é ser o “pai do povo”. O patriarcalismo sustentou uma política social específica, com variantes nos lugares que ocorreu, como na Inglaterra sob os Stuarts (WEBER, 1971).

A tradição aristocrática se identifica com o comando do Estado pelo estamento, porque ele é feito de gente que é carne de sua carne, sangue do seu sangue, alma da sua alma, ali chegou pela origem, com as exceções confirmando a regra.

DO estamento burocrático prepara e educa as gerações novas para ingressar em seu serviço. Valoriza, pedagogicamente, o profissional da burocracia moderna, desenvolvendo a formação de letrados, bacharéis e militares. Como consequência, a ética de vida de seus membros funda-se nos serviços públicos prestados, com a estimação do dever de prestar trabalhos ao Estado. Extrema-se da ética da honra da classe territorial ou da aristocracia feudal, que se compraz no ócio ostentatório, na atividade a primeira hora da colonização, Portugal, sensível ao plano de governo da terra imensa e selvagem, mandou à colônia, ao lado dos agentes do patrimônio real, os fabricantes de letrados, personificados nos jesuítas. O caminho da nobilitação passava pela escola, pelos casarões dos jesuítas, pela solene Coimbra ou pelos acanhados edifícios de Olinda, São Paulo e Recife. O alvo seria o emprego e, por via dele, a carruagem do estamento burocrático, num processo de valorização social decorrente do prestígio do mando político. (...) Não se trata de uma classe, grupo ou camada que se apropria do Estado, do seu mecanismo burocrático para o exercício do governo. Uma categoria social, fechada sobre si mesma, manipula lealdades com o cargo público, ela própria, sem outros meios, assentada sobre as posições políticas. (...) A influência oficial, sedimentada de tradições e vinculada a uma ordem econômica patrimonial, mercantilista nos processos, favorece certas atividades e estrutura no Estado os imperativos de sua sobrevivência. (...) Na base da pirâmide, a apatia, a indiferença, o alheamento, periodicamente acordados pelos capangas, no interior, pelos capoeiras, nas cidades, substituídos, na paz, pelo bacamarte oficial, enquanto, no outro extremo, o emprego empolga as imaginações, ocupa as

combinações ministeriais, numa febre sem correspondência com a atividade econômica. (FAORO, 2022, p. 389-391).

Não é mister assim, perceber que o tipo ideal weberiano serve de guia-mestre para a empreitada analítica de Raimundo Faoro. De posse firme e convicta do constructo da burocracia estamental, o autor vai buscá-la e a encontra em diferentes momentos da história de Portugal e do Brasil. Poderia a garimpagem não dar vazão a hipótese interpretativa do autor. Aí então, teríamos outra escrita para a burocracia nacional. Não foi o caso.

Destoando aqui e ali, conforme o registro possibilitado pela fotografia do autor, ela está lá, em cada momento da história. Quando muda o estatuto do Brasil frente a Portugal, quando mudam as constituições e as formas de governo no Brasil, mesmo nestas alterações de regime político, como fora o advento da República e da Revolução de 1930, algo permanece no poder, no campo da burocracia de Estado. Pode-se, deste modo, falar de Raimundo Faoro e Os Donos do Poder, como a história das permanências, das continuidades na história da burocracia e dos comandos do destino do Brasil.

Importa então identificar e sublinhar as características centrais do pensamento de Raimundo Faoro expostos no livro citado:

- a) Emergência em Portugal de um tipo particular de burocracia de Estado, diferente dos demais países europeus;
- b) Transferência de seu “modus operandi” para o Brasil colônia;
- c) Reprodução no tempo deste estamento burocrático, caracterizado pelo privilégio aristocrático na definição das funções de comando do Estado, de forma autônoma ao conjunto da sociedade, no Brasil Colônia, em cerca de trezentos anos de governo;
- d) Permanência do estilo no Brasil Império independente, com nuances;
- e) Permanência do estilo no Brasil da Primeira República, com nuances;

- f) Presença do estamento burocrático no governo da Revolução de 1930, com nuances.
- g) Distanciamento, quase que como antípoda, do estamento burocrático, do patrimonialismo brasileiro, do tipo ideal moderno de burocracia weberiano.

Faoro é perturbado pelo contexto intelectual do país de universidades muito tardias, onde a pergunta central talvez fosse única, mesmo nos anos 1950 na Segunda República: como explicar o atraso brasileiro? Pergunta que nasce com a Primeira República, cresce e parece nunca desaparecer. A receita de Faoro, o que soa pouco - sem revelar toda a rica complexidade analítica de suas muitas páginas, é a falta de capitalismo.

Atrás de respostas para o atraso do Brasil também foram com gula acadêmica, já na embrionária universidade brasileira com seus primeiros frutos intelectuais, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes, dentre, muitos outras autorias. Aquele identificou o papel importante da dependência, o medo crônico de protagonismo histórico do empresariado brasileiro, sua recusa em ser Aquiles, Ulisses, Enéias, Danton, Robespierre, Madison, enfim sua recusa em ser a burguesia revolucionária dos modelos ideias e, a presença da lógica de anéis burocráticos na engrenagem empresarial brasileira em sua relação com o Estado, também clamou por mais capitalismo, este identificou a necessidade de integração dos de baixo como condição para a realização da revolução burguesa no Brasil, passo necessário para a revolução socialista, paradoxalmente, sem simplismos, pedia mais capitalismo também. Sim, tanto Fernando Henrique Cardoso como Florestan Fernandes tem obra vasta e valiosíssima, aqui apenas se frisa um aspecto pertinente para o artigo.

Pessimista, com base em dados empíricos de fontes de delegacia de cidades do interior de São Paulo nos primórdios da Independência do Brasil, Maria Sylvia de Carvalho Franco, via o Brasil de modo diferente dos três autores acima (Faoro, Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes). Para trás na história, naquele presente do começo dos anos 1970 e adiante. Para ela não faltava capitalismo e sempre foi capitalismo pleno no Brasil, no cio sempre, mesmo com escravidão e de muito difícil paradeiro no tempo futuro da história. Faltava Estado, faltavam políticas públicas,

faltava democracia plena, faltava cidadania plena. Deu o que falar sua tese de livre-docência na USP no começo dos 1970, mas em grande medida, foi marginalizada nas infundas disputas violentas das hierarquias acadêmicas, mesmo no campo das humanidades.

Na época moderna, o regime de escravos na colônia se desenvolveu em estreita ligação com o mundo europeu, que se orientava para a utilização do trabalho livre. O sistema colonial fazia parte do contexto de expansão dos mercados da qual dependia sua vitalidade. Com este argumento, Maria Sylvia não considerava escravista o modo de produção, porém tem como ponto de partida a modernidade da colonização portuguesa e o capitalismo como fundamento de seu estudo. Propõe que a escravidão seja vista como instituição. (...) A força da argumentação de Maria Sylvia estava voltada para um alvo que não era simples e envolvia a recepção equivocada de Max Weber, segundo ela, em estudos que identificavam as sociedades subdesenvolvidas como sociedades tradicionais (Botelho, 2012). Para alcançar seus objetivos, faz uso dos conceitos weberianos de sociedade estamental, relação comunitária e autoridade tradicional para demonstrar sua inadequação à sociedade brasileira e apontar o uso impróprio daqueles conceitos pela técnica da generalização. (BÔAS, 2014, p. 19).

Maria Sylvia de Carvalho Franco considera os tipos ideais como constructos que expõem o caráter singular dos fenômenos culturais. Os tipos ideais são históricos, são genéticos “cujo rigor supõe a observância dos nexos de sentido entre seus componentes, da configuração em que estão arranjados, com suas tendências essenciais e o princípio que as governa”

Faoro, Cardoso, Fernandes e Franco, de leituras quase exegéticas de Weber, mas com temperos peculiares de enorme força criadora intelectual, prova de que um dos três porquinhos, ao menos, quando estudado, não vira ato automático de colonialidade, porco de granja ou porco transgênico, mero clone estrangeiro para a adoração dogmática (CONNELL, 2020).

Fernando Correia Dias possivelmente estava certo quando afirmou (1973:11-22) que os sociólogos brasileiros fizeram uso de sua autonomia e espírito crítico na apropriação do pensamento de Max Weber. No período de 1940-1980, questionaram o que julgavam um limite à possibilidade de conhecer o rumo das transformações sociais no país para nelas intervir, mantendo-se fiéis à sua marca de origem. (BÔAS, 2014, p. 25).

Não obstante, os muitos estudos feitos buscaram a “peculiaridade da sociedade nacional com o objetivo precípua de verificar as chances efetivas de desenvolvimento do país” (BÔAS, 2014, p. 9) Dentre muitos estudos em torno de Max Weber, constam: Raízes do Brasil, 1936, Sérgio Buarque de Holanda; Bandeirantes e Pioneiros, Clodomir Viana

Moog, 1954; Os Donos do Poder, Raymundo Faoro, 1958; O Malandro e o Protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira, Jessé Souza, 1999; Weber e a Interpretação do Brasil, Luiz Werneck Vianna, 1999; A Atualidade de Raymundo Faoro, 2003, Simon Schwartzman.

O patrimonialismo, na acepção weberiana (Weber, 1985:580-624), e sua relação com o desenvolvimento da sociedade brasileira é questão destacada nesses estudos, que ressaltam o quanto a apropriação de Weber pode ser útil para o entendimento do “atraso” do país. (BÔAS, 2014, p. 6).

Sobre o patrimonialismo presente em FAORO (1958, 1974, 2022) e em SWARTZMAN (2003, 2007), em estudo comparado entre os autores, reconhecendo que a obra do primeiro é mais densa e profunda que a do segundo, BRITO (2015), fuça a “utopia política liberal” para o Brasil (o termo utopia política é emprestado pelo autor de José Murilo de Carvalho e sua análise sobre Oliveira Vianna, o adjetivo não), presente nos autores, sua ancoragem conceitual weberiana no Oriente antigo – Rússia, Japão, China - a presença desse perfil analítico para o caso do PRI no México no XX, enfim, a diferença de abordagens da solução para o “atraso” do Brasil no mundo. Sobre o oriente não dá para passar batido.

Nos termos de Werneck Vianna (1997. 1999), este Estado “sufocante” e patrimonial corresponde ao nosso “oriente político”. Assim, podemos dizer que o nosso “oriente político”, aliado à nossa “metafísica brasileira” em chave negativa, tem como solução o “americanismo”, calcado na “física dos interesses” ou na “matriz dos interesses”. (BRITO, 2015, p. 24)

Grosso modo, é o Ocidente a solução para o oriente brasileiro, nove fora Edward Said, são as misérias das filosofias postiças de plantão.

Os autores que esposam a ideia do patrimonialismo estatista, enfatizam a corrupção política dos agentes estatais que agiriam, para usarmos os termos de Swartzman, pela lógica da cooptação em relação ao setores de fora do poder. Em Faoro, quem realiza o “patronato” é o estamento burocrático; em Swartzman, quem realiza a “cooptação” são os membros da classe política e a burocracia estatal. A solução do problema estatal, historicamente vicioso no país, é a redução de seu espaço e o conseqüente aumento do âmbito privado nas relações sociais. A solução para o problema do Estado, que é regido pela lógica privada, não a nega, mas sim a reforça, pois a resolução do problema seria aumentar o espaço privado, naturalmente regido por sua lógica própria, que agora estaria “no lugar” (BRITO, 2015, p. 25)

É o que Ocidente quer dizer. Mas é pouco para falar do patrimonialismo como ethos explicativo meio que dominante no cenário brasileiro dos 1990 a 2020 numa voraz ânsia de explicar os males do Brasil são. O que oriente tem a ver com isso?

A proximidade de nossa política como o “estilo oriental”, por assim dizer, seria negativa. Isso porque o patrimonialismo implicaria: na inexistência de barreiras jurídicas, que limitariam o poder do soberano; na ênfase em aspectos religiosos ou tradicionais como sustentáculos do direito, o que poderia legitimar arbitrariedades; na ideia de igualdade servil dos cidadãos frente ao soberano; na destacada dificuldade de desenvolvimento do mercado, uma vez que a economia era controlada pelo detentor do poder e, como **consequência**, o aspecto agrário predominaria sobre o industrial; e, por fim, na corrupção, que emana desse tipo de dominação devido ao arbítrio do poder. O liberalismo aparece como “solução” para os problemas postos pela dominação patrimonial; o contrato social entre governantes e governados, a garantia dos direitos formais, o sistema de freios e contrapesos, a livre-iniciativa econômica, o sistema liberal-democrático e etc. (BRITO, 2015, p. 27-28).

É a utopia da doença e do remédio em pleno êxtase interpretativo e político, feito chave e fechadura, prática do dedo “ilustrado” sobre o doente, comum na Primeira República. BRITO (2015) tateia esse esquema de uma virtual afinidade eletiva entre patrimonialismo e liberalismo no Brasil, este como negação daquele sustentada pelos autores, notando diferenças entre eles, onde o prefixo neo aparece no último com grande carga. Não nos aprofundaremos nesse ponto. Para o artigo importa a terapia política ofertada no salão das interpretações políticas capitais sobre o Brasil em sua totalidade: o patrimonialismo ou o neopatrimonialismo, bebido de Max Weber, conceito que teria em comum com o feudalismo o fato de serem estilos de dominação tradicionais, ao passo que uma dominação burocrática e racional-legal seria uma dominação do tipo moderna, baseada em regras racionais, estatutos legais, contratos, pois mesmo que tenha existido burocracia no patrimonialismo, não passava de braços e pernas do senhor, da autoridade.

Contudo, é na pista crítica aberta pelos estudos de Maria Sylvia de Carvalho Franco sobre o XIX e seu pessimismo mui particular, que enxerga o Estado como instrumento e não como tutelar para a racionalização, que enxerga no Brasil independente o capitalismo em sua plenitude já, o liberalismo em plenos pulmões e mercados em plenos pulmões sintonizados com a configuração do capitalismo mais moderno, uma dominação vantajosa para os agentes nacionais, mas feita com lastro na violência mais desmedida, no capanga, no contrato de fio de bigode, num colosso institucional

informal, na instituição da escravidão, a medida para todas as outras medidas dentro da normalidade capitalista moderna nos trópicos.

Sem sobressaltos, a análise aqui é modesta, sem deixar de considerar a importância da funda. Não é do caso geral interpretativo que trata o artigo, mas por inferência, pode ir do particular ao geral, desde uma parte. São as bases da dominação moderna no país que sempre teve eleições, as bases da dominação que não podem prescindir da violência, senão não será a dominação de uma plutocracia, de uma minoria complexa sobre uma ampla maioria que nada no mar da desigualdade morrendo sempre afogada atrás do éden eterno prometido do país do futuro.

Logo, há que se fazer um freio de arrumação, um “turning point” analítico. Sim, corre-se o risco da metonímia, o risco da conexão de sentido (Hume, Weber) valer apenas para eleições, não para a dominação. Fazer o quê? É só um artigo. Isso se justifica por suas próprias chuteiras e seus gols analíticos, no entanto.

Weber simplesmente excluía essa aspiração da ciência quando dizia que o objeto de investigação da ciência se limitava a uma “porção finita” da realidade. O ceticismo de Weber era amainado pelo fato de ter definido a sociologia como uma ciência empírica, uma vez que na Alemanha seus contemporâneos Max Scheller ou Ferdinand Tönnies, por exemplo, separavam a sociologia “pura” da sociografia, uma sociologia descritiva. (BÔAS, 2014, p. 20).

Que aspiração? A de explicar um todo, ou seja, a constelação inteira logo de cara.

Economia e Sociedade[mas que iria receber o nome de sociologia] é em seu escopo um grande tratado teórico-sistemático de tipos ideais sociológicos. Para isso, basta que nos atenhamos a uma observação feita por Weber logo na primeira parte do texto: “a sociologia constrói (...) conceitos de tipos e procura regras gerais dos acontecimentos” (MWGI/23, p. 169). (SELL, 2014, p. 3).

O capanga, elo burocrático da dominação moderna no XIX no Brasil que aparece nos estudos de Maria Sylvia de Carvalho Franco, não pode ser um tipo ideal que informa um entendimento da dominação moderna vista pelo ângulo de sua burocracia do chão da rua, com papel eleitoral estratégico para a dominação e manutenção do poder do país muito rico nas mãos da plutocracia no tempo infinito, sempre as custas da desigualdade, que lhe é vantajosa?

O patrimonialismo, sua fama no Brasil, estará em jogo nesse artigo. Qual a lacuna de FAORO (1958, 1974, 2022), SWARTZMAN (2003, 2007), WENNECK (1999), BRITO (2015)? Qual a lacuna principal da literatura que trata do patrimonialismo? Os

autores não descem aos tipos ideais da metafísica brasileira, nem aos mitos vivos que perturbam os territórios das periferias brasileiras, onde se situam as massas eleitorais que definem os resultados das eleições, logo, do controle do poder político. Sobretudo, a lacuna graúda da literatura não escrutina as possibilidades da metafísica moderna brasileira em gerar, a partir delas, de seus tipos-ideais, sentidos e conexão de sentidos para o entendimento da dominação plutocrática e da manutenção de horríveis desigualdades no Estado-Nação ao longo do tempo. É o caso de desenvolver essa metafísica desde o capanga do XIX, dos manjares violentos do poder moderno da branquitude servidos para a maioria da população no ciclo infinito da dominação que só fermenta desigualdades no Brasil rico desde sempre.

PROBLEMA E MÉTODO.

José Murilo de Carvalho e Nicolau Sevcenko tiveram os jornais como fontes. Maria Sylvia de Carvalho Franco chegou até o capanga através de análise de documentos de processos do judiciário. Empíria com lastro em documentos, base para a formulação interpretativa dos autores. Em “O queijo e os vermes”, o historiador Carlo Guinzburg escrutinou documentos da inquisição, mesmo com os dedos no nariz. BERNHAGEN (2012), ao buscar entender o peso de firmas na política inglesa mobiliza clássicos, como Max Weber, num diálogo entre teoria e empiria. Isso serve para o caso brasileiro, pois WEBER (2004 [1922], 223), ao analisar a burocratização capitalista, indicou, sem aprofundar, a existência de “uma distribuição de poder criptoplutocrática”, referindo-se a ferramentas de financiamento eleitoral em mãos de agentes especiais, os mecenas da política.

É claro que a organização burocrática de uma formação social, e especialmente a de uma formação política, pode ter e regularmente tem, por sua vez, consequências econômicas de grande alcance. *Quais? Isto depende, como é natural, da distribuição do poder econômico e social, no caso concreto, e também, especialmente, da área que ocupa o mecanismo burocrático em vias de constituir-se, isto é, do rumo que lhe reservam os poderes que dele se servem. Muitas vezes, uma distribuição de poder criptoplutocrática foi o resultado. Através das organizações burocráticas de partido na Inglaterra e particularmente na América encontram-se, regularmente, mecenas que as financiam e, por isso, conseguem influenciá-los em grau considerável.* O papel de mecenas – por exemplo, das cervejarias na Inglaterra e, na Alemanha, da indústria pesada e da liga hanseática, com seus fundos destinados às eleições – é bastante conhecido. A burocratização e o nivelamento social dentro de grandes formações políticas, especialmente Estados, em conexão com a ruptura dos privilégios locais e feudais opostos a

estes processos, realizaram-se, na Época Moderna, muitas vezes em favor dos interesses do capitalismo e até com seu apoio direto. (WEBER 2004, Vol II, p. 223).

Isso nos leva a investigação da conformação de uma criptoplutocracia na história do Brasil e de seus mecanismos práticos. Não haveria uma intersecção entre a alta administração na empresa, a alta administração da burocracia pública federal, municipal ou estadual e a alta administração burocrática dos partidos políticos competitivos? Não seria essa intersecção o ninho da criptoplutocracia no Brasil? Na origem criptoplutocrática, não estaria também uma intersecção com a burocratização do judiciário, da mídia, da polícia, do setor militar? Mais de perto, que dimensão prática dessa burocracia salta aos olhos?

O caso inglês evidencia a importância da relação entre grupos de interesse e a democracia como ela é, seja no Brexit, seja antes dele. Por exemplo, doações eleitorais podem antecipar o acesso aos tomadores de decisões e moldar a agenda política (BERNHAGEN, 2012, p. 571; BUNDERKRANTZ; CHRISTIANSEN; PEDERSEN, , 2014, p. 883). É importante perscrutar os mecanismos dessa relação.

Within it, analyses of power and influence have proven particularly neglected, and fundamental questions concerning the political influence of special interests remain unanswered: do organized interests wield influence over democratic politics? And if so, how do they achieve this? (BERNHAGEN, 2012, p. 557).

Para tanto BERNHAGEN (2012) usa como fonte algumas matérias jornalísticas publicadas em diferentes jornais ingleses. Esse método pode ser aprofundado por meio da análise exploratória de documentos do judiciário. O critério objetivo do olhar sobre essas fontes é identificar as ocorrências de um tipo empírico que neste estudo nomeamos operador político no sistema político brasileiro, por hipótese um dos elos burocráticos da conexão invisível entre grupo de interesse e poder político. Para tanto, foram selecionados uma pequena amostra de matérias jornalísticas dos anos 2016-2017 e 2019 e documentos jurídicos recentes.

OPERADOR POLÍTICO COMO TIPO PURO.

Ao chão rural se junta o chão urbano, que já tinha uma tradição própria, como na cidade do Rio de Janeiro de 500 mil habitantes nos primórdios da primeira República e seus totonhos bem escalados como burocratas de rua do poder político, do sistema político. Capangas e malandros garantem a colheita permanente da dominação pela plutocracia.

Não só malandros⁵. A capital fez escola? Sim, pois “O número de eleitores foi mantido sempre em níveis baixíssimos, e o processo eleitoral foi totalmente falseado pela intimidação, pela violência e pela fraude” (CARVALHO, 2004, p. 34-35). Dos “empresários da política” surge o cabo eleitoral sobre as massas urbanas oriundas do êxodo rural na industrialização tardia na terceira República. É a rebentação histórica do operador político das vestes da longa tradição do coronelismo.

Trata-se de intermediários entre a estrutura impessoal da cidade e a gente de um bairro, de uma favela, de um clube recreativo ou esportivo. A maioria das pessoas das classes baixas e médias urbanas são de origem rural recente e não tem o conhecimento, as habilidades e os amigos e parentes para resolverem as suas necessidades nas grandes cidades. Surgem os cabos eleitorais como intermediários. Da administração municipal e estadual, eles obtêm os serviços para “o seu grupo”, tais como conseguir um emprego, um lugar na escola ou no hospital, obter a ligação de água, de eletricidade ou um telefone público em uma rua, ou ainda a mudança de um itinerário de ônibus. Em troca os cabos eleitorais obtêm os votos do grupo para os seus candidatos. Eles são a base sobre a qual repousa a “demagogia” da política urbana. Os políticos fazem promessas concretas às massas e a grupos e indivíduos específicos. Os cabos eleitorais conseguem os votos e o cumprimento pelo menos parcial das promessas. Compreende-se o seu papel, dada a natureza estreita e concreta dos interesses em jogo e conseqüentemente a completa ausência de questões mais amplas, para não mencionar princípios ideológicos, na política para a eleição do legislativo: é o de alguém próximo dos eleitores, nos seus grupos e comunidades primários, capaz de transmitir as promessas dos candidatos através de rede pessoal de contatos e garantir que os eleitores cumpram a sua parte no trato. Nessa situação, os representantes de grupos econômicos podem facilmente comprar, direta ou indiretamente, os cabos eleitorais e se elegerem. A influência do dinheiro nas eleições e na política está intimamente ligado ao crescimento do eleitorado urbano e à sua natureza, na fase inicial de uma urbanização extremamente rápida (LOPES, 1978, p. 88- 89).

O raciocínio é indutivo, como Edgar Allan Poe e seus contos de enigmas. Dá pra saber numa sentada, se se seguir os rastros dos assassinos. Ou seja, o dinheiro que chega às mãos do cabo eleitoral descrito percorre um caminho vertical desde as cúpulas do poder político no sistema político dominado por minorias sociais, lugar que abriga os grupos de interesse empresariais envolvidos no esforço gigantesco de industrialização tardia e dependente baseada no tripé multinacional-estado-empresa nacional, de 1930 a 1980 no caso da Terceira República. O cabo eleitoral como descrito acima é o operador político, é a rebentação fática do operador político como elo de cadeia burocrática aparentemente invisível, mas necessariamente legitimadora do sistema político pelo voto.

⁵ “Segundo Pompéia, longe iam os dias do romantismo abolicionista e do dantonismo da propaganda. “O que há agora é pão, pão, queijo, queijo. Dinheiro é dinheiro.” Todos se ocupam de negócios e até a política é dominada pelas finanças: “Q República discute-se consubstanciada no Banco da República”. (Carvalho, 2004, p. 43).

A presença de um grupo de interesse, como o caso das empreiteiras nas eleições, como grandes empresas burocráticas, aparece no livro “Como se faz um presidente – A campanha de JK” de Edward Anthony Riedinger (1988). O estudo clássico “1964: A Conquista do Estado”, de Rene Armand Dreifuss, indica a presença do dinheiro nas eleições no Brasil e no processo político de golpe de Estado, dinheiro nacional e internacional de grupos de interesses, não apenas de empreiteiras de boa fé desenvolvimentista.

As coalizões pró-industrialização seriam desfeitas com a crise do modelo nos anos 1980. A liberalização, a financeirização e a emergência estrutural dos serviços como setor dinâmico da economia embaralharia as cartas criptoplutocráticas que ficariam mais invisíveis, porém em latente tensão na conexão entre o poder dos grupos de interesses econômicos e o sistema político nos fins do século XX e começos do XXI.

Pode-se pensar o operador político como um tipo-ideal weberiano com origem nas entranhas do fenômeno do coronelismo na história do Brasil, mas que ganha status no curso da burocratização do Estado decorrente da industrialização tardia e dependente do Brasil na Terceira República. A figura ideal do operador político situa-se nas linhagens políticas brasileiras que gestam e perpetuam uma minoria complexa de poder. Essa figura é inflada desde o registro patriarcal e patrimonialista (Sergio Buarque de Holanda, 1936; Raimundo Faoro, 1959) na história, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, serve para questionar o lugar desse tipo de interpretação da história política do Brasil. Seus ancestrais impuros são o capanga, o pau-mandado, o leva-e-traz, o faz-tudo a serviço do coronel político, o chefe político de uma dada região rural e urbana também, feito totonhos espalhados nas metrópoles urbanas em formação. No limite, pelo critério do tamanho da base eleitoral, o próprio coronel se confunde com o operador político, usa suas vestes, se a região é pequena demais.

O tipo ideal operador político tem a gênese e a lógica, nesse sentido, da tradição agrícola latifundiária da política brasileira: pouca gente com uma imensidão de terra, pouca gente com muito poder, em volta, um mar de desigualdade. Idealmente, o tipo atravessa o tempo, das capitâneas hereditárias até os grandes latifúndios de hoje, da casa-grande branca até a bancada ruralista branca no Congresso Nacional. Desse tempo largo, herdou o aprendizado cultural de como funciona o ambiente da minoria complexa de poder no Brasil e de onde retém seu valioso preço no sistema político brasileiro, seja

na estação das águas como na das secas da economia, tanto nas ditaduras como nas democracias, na rusticidade do rural mais puro e no requinte da cidade mais pura, seu valor tem cotação nos mercados eleitorais das câmaras municipais, nas assembleias legislativas, no Congresso Nacional, nos poderes executivos locais, regionais e nacionais, das cidades pequenas às capitais suntuosas do sistema político.

A figura ideal do operador político é ativa e ligada no dinamismo e transformismo do sistema político brasileiro no tempo, com rara habilidade de adaptação, por isso opera hierarquicamente, burocraticamente, conforme com a autoridade criptoplutocrática e em sintonia com o setor dinâmico da economia. É o elo forte entre o dinheiro, o político e o voto numa zona eleitoral particular e no somatório das zonas eleitorais. É o garantidor em última instância do voto numa dada urna. É um mercador de Veneza dos votos com capilaridade territorial. Seu vínculo partidário é pragmático (junta dinheiro e voto em variadas equações) e não ideológico.

O operador político como tipo ideal é guiado pelo forte peso cultural do compromisso oral e violento do dinheiro negociado em espécie mão contra mão, nos marcos da lei tácita do “fio de bigode” do XIX de capitalismo mui sadio no Brasil percebido na documentação por Maria Sylvia de Carvalho Franco, filho dileto do *modus operandi* do coronelismo desde longa data, ou seja, as eleições para as câmaras municipais no Brasil colônia. Sobrevive e tem capacidade de adaptação na realidade da comunicação boca-a-boca, do alto-falante, do rádio, da televisão, da internet, da comunicação instantânea, do celular.

O operador político como tipo é responsável por duas contabilidades dinâmicas associadas a partidos e carreiras políticas: dos votos e do dinheiro que gera o voto, um contra o outro. Como instinto de sobrevivência, o tipo ideal operador político opera, ele mesmo, pela centralidade e perpetuação de sua espécie no tempo, pois o papel lhe é sedutor e lucrativo de per se e para a manutenção do status quo.

Outra face do operador político é seu vínculo objetivo permanente com toda forma de violência política útil para a garantia da coleta do balaio de votos numa dada zona eleitoral. Se, na migração do contexto puro rural para um contexto puro urbano, de um urbano para outro, o tipo ideal pode ganhar terno e gravata, não perde seu mote moral de onde retira autoridade, ou seja, a “pega e entrega” no ponto dos votos dos dinheiros vivos necessários para a garantia dos votos nas regiões eleitorais, num jogo de sombras,

burocrático, amplamente consolidado na cultura política brasileira até 2014. A lógica entre o capanga do antigo coronel de botas e o neocapanga de malas de dinheiro está no objeto mesmo da condição de existência do tipo: a negociação capilar do voto, varejo por varejo até o atacado, da escala local à regional, da regional à nacional. Negociação do voto e maximização do rendimento monetário auferido pela posição alcançada pelo político eleito. Como aquela boneca russa que guarda sempre uma menor dentro, o operador político engendra outros menores como clones, para que a mala de dinheiro menor chegue até o objeto de desejo, o voto popular, base para a dominação política criptoplutocrática moderna desde sempre que mantém a desigualdade no Brasil, assim a desigualdade é extremamente útil por tornar barato o preço do voto em grandes multidões eleitorais. O tipo ideal pode ser vinculado ou não a um partido, vinculado ou não a um político, vinculado ou não a uma empresa privada, vinculado ou não a uma linhagem familiar, vinculado ou não a um coronel, mas necessariamente está a serviço de, com disciplina e resultado objetivo, nos marcos do funcionário burocrático racional weberiano moderno, fincado no capitalismo moderno. No caso partidário, o operador hierarquicamente superior pode levar a mala de dinheiro até o deputado federal, o operador deste leva até o operador do deputado estadual, o operador do deputado estadual leva até o operador do vereador, o operador do vereador leva até o operador no território último da zona eleitoral, o operador político ao nível da rua marca um ponto e opera o milagre da mobilização do voto no candidato hierarquicamente indicado naquela zona eleitoral específica, sempre na base da palavra empenhada que o dinheiro em espécie sustenta, na base da violência do poder político sobre o território.

Nesse universo paralelo dos operadores políticos como tipos ideais, a criptoplutocracia se consolidou historicamente, adensando o mundo real visível do sistema político, o que pode também ser observado por suas frestas obscuras: uma gigantesca institucionalidade informal. A hierarquização necessária entre os membros dispersos do tipo ocorre pelo poder de barganha associado ao volume de dinheiro líquido em posse para as eleições, assim, a regra hierárquica é definida pelo sistema partidário. Mais dinheiro no bolso significa mais votos e mais poderoso hierarquicamente torna-se o tipo. Não à toa, a pergunta central num bunker político no Brasil, para amealhar os votos de um lugar é: qual é o PIB da cidade, da região, o formal e o informal? Quem são os responsáveis por esse PIB, os dois? É a bússola, o mapa, o GPS para guiar a ação lucrativa do operador político como tipo ideal. O bunker político é o ninho do operador

político como tipo ideal, onde ele nasce como agente burocrático especial e recebe suas tarefas, as ordens de comando hierárquico e para quem presta conta de seus resultados.

O bunker político pode ser um banco, uma casa, um escritório, um clube, um sindicato, uma sede de empresa, um motel, uma fazenda, um iate, a sede de um partido político, um hotel, uma repartição pública civil, uma repartição pública militar, um tribunal, uma igreja até, o ponto do comando miliciano e seus mercados clandestinos, o ponto do crime organizado e seus outros tantos mercados, no problem. Para entrar no bunker político o operador político como tipo ideal foi rigorosamente treinado, selecionado em acirrado certame e deve estar pronto para vestir a camisa dos grupos de interesses, setoriais ou intersetoriais, à moda burocrática pura. O bunker político necessariamente relaciona-se com outros bunkers assemelhados conforme hierarquia burocrática vertical no território de forma a maximizar sua potência burocrática.

É o bunker político, como instância superior, quem nomeia o operador político e lhe dá a camisa, a orientação sobre a necessidade de manter relativa invisibilidade pública e máxima efetividade. No geral, o operador percorrerá longa carreira e é guindado a esta posição relevante no sistema político brasileiro, onde a remuneração é compatível com o decoro da função de confiança.

CRIPTOPLUTOCRACIA.

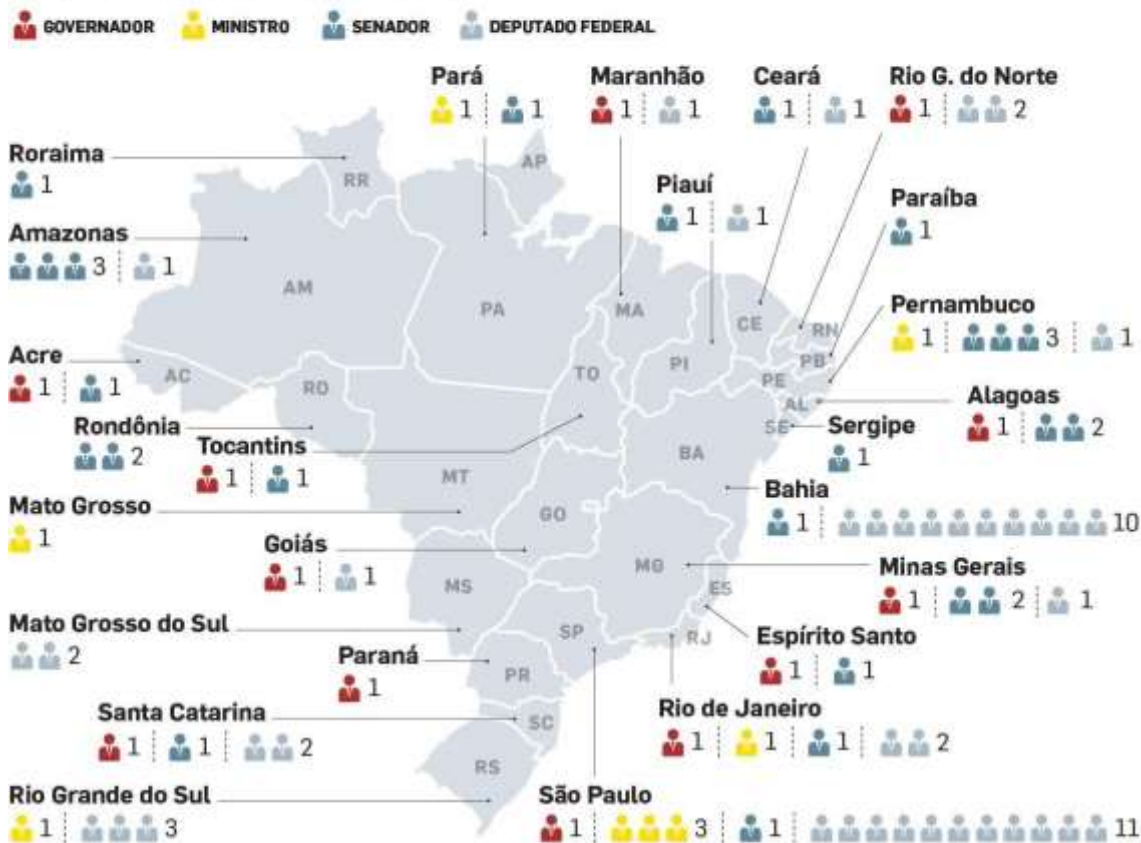
Os 26 Estados do País e o Distrito Federal têm políticos locais na lista do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal (STF), ou receberam pedidos de investigação relacionados ao acordo de colaboração. Se antes Paraná, Rio, São Paulo, Pernambuco, a Justiça Federal e as cortes superiores no Distrito Federal conduziam inquéritos relacionados à operação, no pós-Odebrecht 20 Estados e o Distrito Federal terão células da Lava Jato em busca de esclarecer fatos narrados pelos executivos da empreiteira baiana. (SERAPIÃO; BULLA; FABRINI, 2017).

A mancha territorial da criptoplutocracia no Brasil aparece neste registro jornalístico (SERAPIÃO; BULLA; FABRINI, 2017), conforme os gráficos abaixo. Governador, Ministro, Senador e Deputado Federal, cada caso e mais ainda o conjunto, indicia um roteiro que abarca todas as unidades da República brasileira a partir da delação completa da maior empreiteira do Brasil.

ALCANCE

● Investigações abertas com base nas delações da Odebrecht atingem políticos de todos os Estados

Estados com políticos investigados



*INVESTIGAÇÃO CONTRA POLÍTICO DO ESTADO FOI ENCAMINHADA AO TRF-1

Investigações enviadas para Justiça nos Estados



Casos encaminhados a Tribunais Regionais Federais (TRFs)

TRF DA 1ª REGIÃO → 12

SEDE

Distrito Federal

Investigações incluem indícios contra políticos da Bahia, Amapá, Piauí, Amazonas, Tocantins

TRF DA 2ª REGIÃO → 3

SEDE

Rio de Janeiro

TRF DA 3ª REGIÃO → 13

SEDE

São Paulo

TRF DA 4ª REGIÃO → 3

SEDE

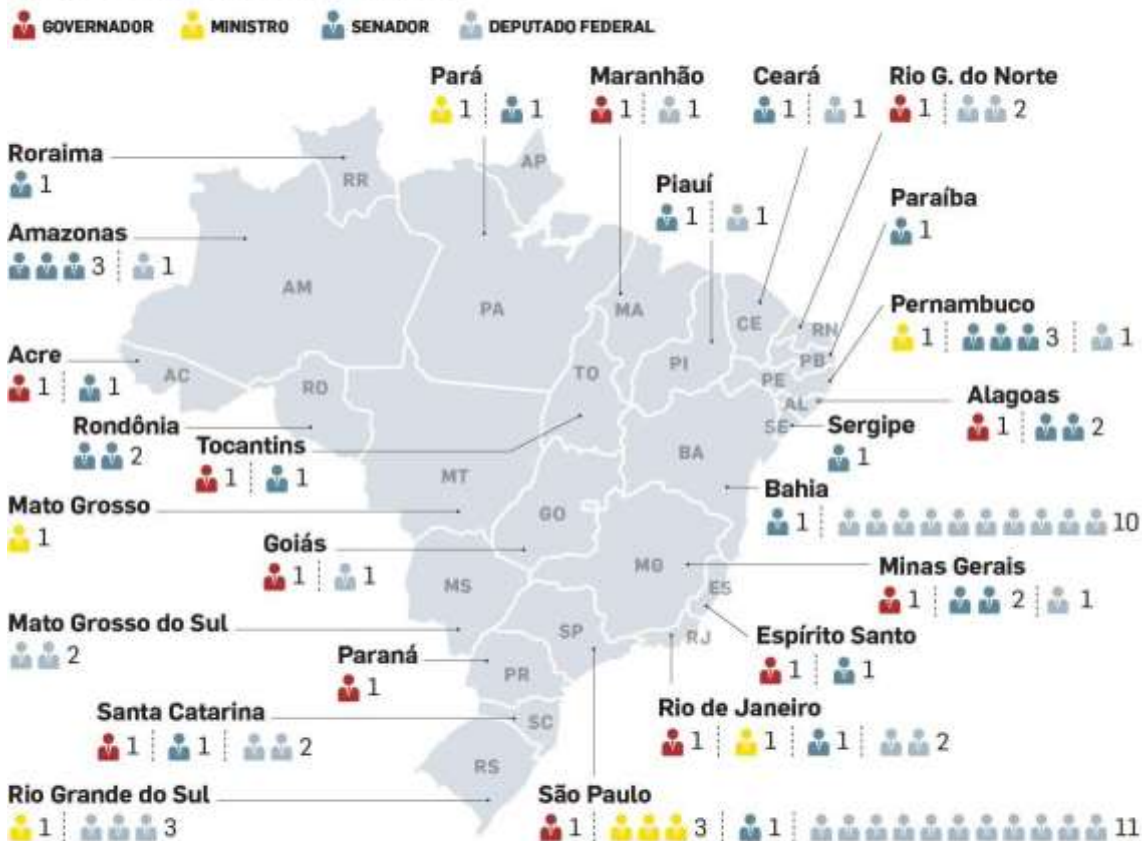
Rio Grande do Sul

Inclui também investigação relacionada a políticos de Santa Catarina e Paraná

ALCANCE

● Investigações abertas com base nas delações da Odebrecht atingem políticos de todos os Estados

Estados com políticos investigados



*INVESTIGAÇÃO CONTRA POLÍTICO DO ESTADO FOI ENCAMINHADA AO TRF-1

Investigações enviadas para Justiça nos Estados



Casos encaminhados a Tribunais Regionais Federais (TRFs)

TRF DA 1ª REGIÃO → 12

SEDE

Distrito Federal

Investigações incluem indícios contra políticos da Bahia, Amapá, Piauí, Amazonas, Tocantins

TRF DA 2ª REGIÃO → 3

SEDE

Rio de Janeiro

TRF DA 3ª REGIÃO → 13

SEDE

São Paulo

TRF DA 4ª REGIÃO → 3

SEDE

Rio Grande do Sul

Inclui também investigação relacionada a políticos de Santa Catarina e Paraná

Como é o caso de apenas uma empreiteira, ou seja, uma empresa de um setor da economia, aparentemente é um mero ponto no mapa do Brasil. Mas, o principal delator desse grupo empresarial, Sr. Marcelo Odebrecht, noutra investigação acerca do processo eleitoral brasileiro, sustenta que a prática é recorrente em outras empresas e setores da economia: “Então, se pegar empresas que totalizam cem bilhões de reais, provavelmente, elas dariam o mesmo tamanho de Caixa Dois que a Odebrecht daria ou até um pouco mais” (SJD-COARE, 2017, p. 60-61).

No total, entre ex-presidentes, governadores, ex-governadores, ministros de tribunais de contas, prefeitos, ex-prefeitos, vereadores, deputados estaduais, deputados federais, ao menos 98 nomes aparecem no conjunto das delações da Odebrecht, num primeiro momento, cobrindo todo o sistema político brasileiro.

Então, cabe perceber a evidência dos indícios relativos robustos de uma presença criptoplutocrática que tensiona todo o sistema político brasileiro desde seus variados vetores na esfera federal, estadual e municipal. A delação da empresa que é a maior produtora global de carnes corrobora essa hipótese, como mostra os gráficos abaixo (MARIZ; BRESCIANI, 2017),

O diretor da JBS Ricardo Saud traçou, em delação premiada, um verdadeiro inventário da propina, com listagem de doações que somam quase R\$ 600 milhões para 1.829 candidatos de 28 partidos das mais variadas colorações. Saud detalha que a empresa conseguiu eleger 179 deputados federais de 19 siglas, bancou 28 senadores da República e fez 16 governadores. (MARIZ & BRESCIANI, 2017).

A BANCADA JBS

● Grupo empresarial doou recursos para 166 deputados eleitos e para 28 dos atuais senadores

Na Câmara

PARTIDO	BANCADA ELEITA	FINANCIADOS PELO JBS	PORCENTAGEM DE FINANCIADOS PELO JBS
PT do B	1	1	100%
PC do B	10	9	90%
PP	38	27	71%
PROS	11	7	64%
PDT	20	12	60%
PR	34	19	56%
PRB	21	10	48%
DEM	21	9	43%
SD	15	6	40%
PT	69	20	29%
PMDB	65	17	26%
PTN	4	1	25%
PSB	34	8	24%
PSD	36	8	22%
PHS	5	1	20%
PTB	25	4	16%
PV	8	1	13%
PSC	13	1	8%
PSDB	54	4	7%

No Senado

PARTIDO	BANCADA ATUAL	FINANCIADOS PELO JBS	PORCENTAGEM DE FINANCIADOS PELO JBS
PDT	1	1	100%
DEM	4	2	50%
PR	4	2	50%
PMDB	22	10	45%
PSDB	11	5	45%
PP	7	3	43%
PT	10	4	40%
PSB	7	1	14%

FONTE: ESTADÃO DADOS

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

A BANCADA JBS

● Grupo empresarial doou recursos para 166 deputados eleitos e para 28 dos atuais senadores

Na Câmara

PARTIDO	BANCADA ELEITA	FINANCIADOS PELO JBS	PORCENTAGEM DE FINANCIADOS PELO JBS
PT do B	1	1	100%
PC do B	10	9	90%
PP	38	27	71%
PROS	11	7	64%
PDT	20	12	60%
PR	34	19	56%
PRB	21	10	48%
DEM	21	9	43%
SD	15	6	40%
PT	69	20	29%
PMDB	65	17	26%
PTN	4	1	25%
PSB	34	8	24%
PSD	36	8	22%
PHS	5	1	20%
PTB	25	4	16%
PV	8	1	13%
PSC	13	1	8%
PSDB	54	4	7%

No Senado

PARTIDO	BANCADA ATUAL	FINANCIADOS PELO JBS	PORCENTAGEM DE FINANCIADOS PELO JBS
PDT	1	1	100%
DEM	4	2	50%
PR	4	2	50%
PMDB	22	10	45%
PSDB	11	5	45%
PP	7	3	43%
PT	10	4	40%
PSB	7	1	14%

FONTE: ESTADÃO DADOS

INFOGRÁFICO/ESTADÃO

A JBS, maior conglomerado de carnes do mundo, teria, sozinha, como grupo de interesse, garantido dinheiro para 1 em cada 3 eleitos nas eleições de 2014 no Brasil: “O dinheiro da JBS, principal conglomerado brasileiro do setor de carnes, ajudou a eleger um em cada três dos integrantes da Câmara e do Senado. O grupo foi o principal financiador privado de candidatos na eleição de 2014”. (BRAMATTI; GODOY, 2017).

A criptoplutocracia não é marginal. É o que se desprende do possível envolvimento de ex-prefeitos, prefeitos e deputados estaduais na teia criptoplutocrática (SERAPIÃO; BULLA; FABRINI, 2017).

O Estado do Rio de Janeiro, notório pela descoberta da vasta riqueza de petróleo do pré-sal nos anos 2000, seria notório também pela crise social e pela presença criptoplutocrática contundente, em que mesmo os juizes do tribunal especial que analisa as contas públicas dos municípios e do Estado, o TCE-RJ, fariam parte,

Os conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Rio (TCE-RJ) receberam propina para ignorar irregularidades em gestões municipais, segundo Jonas Lopes, ex-presidente da corte. Em depoimento de delação premiada, ele revelou um esquema de arrecadação digno de máfias italianas, que incluía fidelidade na divisão da propina, lealdade aos “acordos” firmados por colegas e acusações de traição. Os depoimentos de Lopes, e de seu filho, Jonas Lopes Neto, citam Macaé (litoral norte), Duque de Caxias (Baixada Fluminense) e Niterói (região metropolitana). As delações feitas à força-tarefa da Lava Jato no Rio, às quais o Estado teve acesso, revelam a ramificação da corrupção além de editais de obras públicas no Estado, como o Maracanã, durante a gestão Sérgio Cabral (PMDB), e envolvem também prefeituras. A Operação *O Quinto do Ouro*, no fim de março, levou à prisão cinco dos sete conselheiros do TCE-RJ e mais um conselheiro aposentado. Eles foram soltos por decisão judicial na sexta-feira, 7. As defesas dos conselheiros negam as acusações. (REZENDE& NEDER, 2017).

O setor de transportes públicos rodoviários e seu principal grupo de interesse, a Federação de Transporte de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro, também revelariam as garras da teia criptoplutocrática no Estado. Segundo um delator, representante da Fetranspor o teria procurado para “recolher regularmente dinheiro de algumas empresas de ônibus integrantes dessa Federação, administrar a sua guarda e distribuir a diversos políticos” (ROUVENAT, 2017). “A família de Jacob Barata Filho é a mais importante do ramo de transportes rodoviários do Rio de Janeiro e também tem negócios em vários outros segmentos. O pai dele, Jacob Barata, é conhecido como o "rei do ônibus””. (FONSECA; GAIER, 2017). Uma grande operação policial cinematográfica, algo comum no Brasil atual, desmantelaria esse novo fio criptoplutocrático,

Essa operação não nos surpreende na medida em que os esquemas do senhor Sergio Cabral e dos seus liderados já passaram pela Secretaria de Obras, já passaram pela Secretaria de Saúde, agora estamos falando do setor de transportes e, portanto, nessa medida o que a gente tem a reconhecer desses fatos é que ele loteou toda a estrutura governamental, todos os contratos foram objetos de pagamento de propina pra sua realização”, explicou o procurador da República, Leonardo Freitas. Para os investigadores, a organização criminosa que atua no setor de transportes também mostra

indícios de "cartelização". O Ministério Público Federal (MPF) está pedindo a indisponibilidade de valores de Cabral e Miranda, relacionados aos R\$ 260 milhões pagos em propina. Segundo o procurador El Hage, o esquema criminoso, além de ser um dos mais antigos existentes no estado, é também um dos mais maléficos, "pois prejudica a população de baixa renda e paga tarifas além do que seriam as tarifas justas e adequadas, em razão do pagamento de vantagens indevidas a agentes públicos". (ROUVENAT, 2017).

O esforço analítico, nessa parte, objetivou mostrar os indícios fortes do espalhamento criptoplutocrático no sistema político brasileiro, no território, o que foi relativamente atingido. Reforça a argumentação um arrazoado, onde "todas as campanhas políticas" estariam no mesmo pé,

O SENHOR BRUNO CÉSAR LORENCINI (Juiz-auxiliar): Assim, dizendo: "Olha, temos aqui uma obrigação a ... O SENHOR MARCELO BAHIA ODEBRECHT (depoente): Não, não, não. Não. Não chegavam necessariamente, ou muitas vezes eu sabia. Mas é óbvio o seguinte, eu sabia que se a gente atuava no estado de maneira forte ... Eu sempre dizia: se a gente atua, é óbvio que o nosso valor de contribuição oficial não é o suficiente. Eu estima ... eu sempre estimei o seguinte, que três quartos ... é ... é ... de todas as campanhas políticas, três quartos era Caixa Dois, tá? Eu duvido que tenha um político no Brasil que tenha se eleito sem Caixa Dois. E se ele diz que se elegeu sem, é mentira, porque ele recebeu do partido. Então, era impossível. (SJD-COARE, 2017, p. 26).

A criptoplutocracia requer agora um passo exploratório para seu entendimento sistemático, passo na direção da figura do operador político por meio de uma pequena amostra das fontes visíveis.

O OPERADOR POLÍTICO EMPÍRICO.

No geral, nos documentos vistos, do meio jurídico, a criptoplutocracia, essa engrenagem burocrática moderna do sistema político brasileiro como ele é, é percebida como "estrutura hierárquica e divisão de tarefas da organização criminosa" onde "mocinhos" se apartam de "bandidos", como uma dantesca narrativa.

Para um retrato empírico mínimo, cabe destacar um somatório de características do operador político retirado da amostra documental e das fontes secundárias: opera num ambiente de desconfiança institucional. (MPF-PGR, 2017, p. 45); é o intermediário, o "dono" de contatos "quentes" e que "comercializa" sua posição, ele é quem oportuniza uma nova relação criptoplutocrática, podendo ser descartado pela autoridade criptoplutocrática, se necessário. (MPF-PGR, p. 75-76); é quem executa a ordem da

autoridade criptoplutocrática, no geral, fruto da intersecção entre, pelo menos, três esferas burocráticas: a empresa privada, o poder público, o partido político. (MPF-PGR, p. 77); pode ser um representante comercial, conforme seja a cultura criptoplutocrática dominante em dada parte do território brasileiro. (MPF-PGR, 2017, p. 81); é quem fica, muitas vezes, “em compasso de espera” com relação a uma dada decisão criptoplutocrática, pois ela pode colocar em confronto direto os interesses das burocracias envolvidas numa dada política pública e seu “preço”. (MPF-PGR, 2017, p. 84-85); é o termômetro da relação criptoplutocrática e é o agente específico adequado para cada missão criptoplutocrática. (MPF-PGR, 2017, p. 86); é quem precisa de zelo permanente pela saúde criptoplutocrática, como numa família. (MPF-PGR, 2017, p. 86); é quem “entrega a mercadoria em mãos”. A autoridade criptoplutocrática, pode delegar essa tarefa ou ela mesma executá-la. Assim, o papel de operador político transita entre os atores criptoplutocráticos conforme a necessidade e a oportunidade de manter os lucros da empreitada criptoplutocrática. (MPF-PGR, 2017, p. 87); sempre opera em função de uma expectativa de acesso a mais poder invisível e para tanto investe pesado no jogo criptoplutocrático, que é sempre privado. No caso da disputa para a Presidência da Câmara dos Deputados do Brasil, no geral, os investimentos da criptoplutocracia para capturar essa posição foram feitos antecipadamente, com a seleção do cotado no processo mesmo da eleição parlamentar, no processo eleitoral geral, sendo o ritual da eleição depois na Câmara uma espécie de mera “fachada”; é um ator criptoplutocrático, ainda que na mais alta hierarquia burocrática. Uma vez alçado voo em posição criptoplutocrática fruto de grande investimento financeiro, como a presidência da Câmara dos Deputados, o jogo lucrativo criptoplutocrático continua sobre as políticas públicas. Nesse sentido, o operador político é quem justifica o investimento criptoplutocrático feito e continua alimentando os lucros criptoplutocráticos na hora de auferir esses lucros. (MPF-PGR, 2017, p. 87); pode ser o primo, a irmã, pois o segredo informa o poder invisível criptoplutocrático, informando o grande peso histórico da linhagem na constituição da criptoplutocracia no Brasil. (MPF-PGR, 2017, p. 93); é homem de confiança, por isso a escolha criptoplutocrática pode recair sobre os próprios executivos de uma empresa privada, em função da fidelidade e dependência da alta administração para as variadas missões criptoplutocráticas de interface com as altas burocracias partidárias. (BRANDT; AFFONSO; HUPSEL FILHO; MACEDO, 2017); é a cúpula partidária, ou seja, a hierarquia burocrática partidária pode simplesmente executar os compromissos criptoplutocráticos, por exemplo, nos acertos assumidos com

o financiamento de certas candidaturas principais nos pleitos eleitorais, como informa matéria sobre a delação da JBS neste ponto,

Os nomes e os valores apresentados à PGR coincidem com os das prestações de contas entregues por partidos e candidatos à Justiça Eleitoral. Isso significa que, ao menos naquele documento específico, os valores citados são de “caixa 1”, ou seja, os formalizados de acordo com a legislação eleitoral. Os deputados financiados não receberam contribuições diretamente da JBS. O dinheiro primeiro foi entregue às direções dos partidos e, depois, distribuído aos candidatos. Na delação não há elementos que indiquem se a empresa apontava ou não às cúpulas partidárias seus candidatos preferidos para disputar as eleições de 2014. (BRAMATTI; GODOY, 2017).

O operador político é o coordenador político. Aqui está em destaque o caso empírico dos governadores do Mato Grosso do Sul nas mãos de três partidos políticos distintos e a prática da criptoplutocracia que engloba a holding multinacional JBS e suas conexões invisíveis de poder. De qualquer modo, o que salta aos olhos é que a figura do “coordenador político”, escalada pelo governador para as tratativas criptoplutocráticas, não é apenas um caso regional. Essa figura obscura, que pode apresentar-se com as vestes de chefe de gabinete ou assessor especial ou não, existe em praticamente todos os mandatos majoritários e proporcionais, espécie de álibi executivo e parlamentar, que escamoteia a real relação no universo criptoplutocrático. Por excelência, o “coordenador político” é a cara do poder criptoplutocrático. Em sendo o operador político ele nomeia outros operadores políticos nos negócios criptoplutocráticos, dando uma nota pessoal, o que reforça empiricamente o caráter burocrático da criptoplutocracia e suas operações sorrateiras no sistema político brasileiro. Assim, o operador político refere-se a “terceiros a outros terceiros”, como um sistema burocrático racional em ação ou “emissários de ocasião”, como se fosse de somenos importância a hierarquia burocrática violenta no mundo real do sistema político brasileiro. No caso do Mato Grosso do Sul, a pauta criptoplutocrática era encontrar jeitos de burlar o pagamento de impostos, o que seria vantajoso para as partes envolvidas no reino criptoplutocrático, ou seja, extremamente lucrativo para os envolvidos privadamente, à revelia da cidadania pública e do interesse público. (MPF-PGR, 2017, p. 106-112).

Há outros casos, como na delação premiada de Fábio Ferreira Cleto (PGR, 2016), onde Lucio Funaro e Eduardo Cunha faziam o papel de operador político “a depender da proximidade com a empresa” (PGR, 2016, p. 002); ou, o operador político sumia atrás de um apelido, corroborando a noção de poder invisível na cadeia criptoplutocrática, como é o caso do operador Lucio Funaro e “Lucky, Lucky 1, Lucky 2, Lucky 9, Lucky

99F” ou “também utilizaria ‘SPIN’”, (PGR, 2016, p. 22); ou, o operador político é o que sempre cumpre o rito burocrático duro, como as reuniões criptoplutocráticas (PGR, 2016, p. 028); *ou, quando fica evidente, como prova cabal empírica, a relação do operador político empírico e as razões da criptoplutocracia,*

Na continuação, EDUARDO CUNHA questiona quando sairia a parte de FUNARO e CHICO (*"Chico e vc? E para quando?"*), recebendo a resposta do próprio FUNARO que ainda não viu o financeiro, o que reforça a tese de que FUNARO operacionaliza os repasses financeiros ao comando de EDUARDO CUNHA, para que esse fizesse a distribuição possivelmente entre agentes políticos. Essa evidência é corroborada com a frase seguinte de EDUARDO CUNHA, que demonstra que o suposto esquema por ele engendrado envolvia diversas pessoas (*"Tenho de atender as demandas de todos..."*), e ainda comenta que nem *"o coliseu aguenta"*. (PGR, 2016, p. 53).

O operador político, sim, pode ser quem faz a entrega e busca do dinheiro, conforme a ordem da autoridade criptoplutocrática para representá-la, como nas mensagens entre Geddel Vieira e Eduardo Cunha, que expõe os elos criptoplutocráticos entre um deputado federal e a alta burocracia do setor público. É o que consta em documento da Procuradoria Geral da República,

Em outra conversa do dia 05/09/2012, GEDDEL e EDUARDO CUNHA agendam um encontro em São Paulo, entretanto, enviam pessoas para representá-los. A mensagem *"Mesma coisa?"* de GEDDEL indica que esse tipo de encontro pode ter ocorrido outras vezes. O encontro, segundo a mensagem, ocorreu no HOTEL CLARION FARIA LIMA, cujo endereço é Rua Jerônimo da Veiga, nº 248, Jardim Europa, São Paulo/SP, 04536-001. Observa-se que a pessoa indicada por EDUARDO CUNHA seria ALTAIR ALVES PINTO, indivíduo que trabalha para ele é também foi alvo de buscas da Ação Cautelar nº 4044. De outro lado, representando GEDDEL, foi informado que iria um tal de *"Gustavo"*. Essa conversa está inserida no presente tópico por representar uma ação suspeita, principalmente diante da possibilidade já apurada nesta representação de existirem contrapartidas relacionadas às liberações de crédito na CEF, e por não haver qualquer razão prática aparente que desse azo a um encontro dessa natureza, num hotel, com a forma de retorno sendo codificada (*"Vc mandar um cara lá e volta da forma de sexta passada"*), revelando-se depois que o retomo seria de ônibus (*"Ele leva o teu cara e põe ele no ônibus direto"*) ou, ainda possivelmente, de carro (*"Eu mando ele de volta no meu carro que já tá lá"*), apesar da ida ser de avião (*"Ele chega em congonghas?"*). (PGR, 2016, p. 78-79).

O operador político está no fluxograma de entrega e busca do dinheiro, conforme a ordem da autoridade criptoplutocrática para representá-la, como exemplificado em documento da Procuradoria Geral da República, ou também pode atuar por meio de uma empresa de fachada.

De modo explícito, um suposto organograma parcial da criptoplutocracia (porque não indica as outras conexões burocráticas, como mídia, justiça, empresas, militares, crime organizado, por exemplo) em torno do ex-governador do Rio de Janeiro, ex-senador da

República e ex-deputado estadual Sérgio Cabral, surgiu à partir da delação de um operador político conhecido como “Ary Fichinha”. Esse organograma parcial, de qualquer modo, indicia o poder invisível criptoplutocrático no sistema político brasileiro, indicia elementos para os contornos dessa burocracia, de uma criptoplutocracia histórica no Brasil, que nesse exemplo, percorre toda a Nova República pela evolução da carreira de um de seus políticos profissionais de destaque, Sérgio Cabral, que começou nos anos iniciais da democratização. (AFFONSO; MACEDO; BRANDT, 2017).

Ainda, o operador político como tipo empírico aparece no sistema político brasileiro feito: agente burocrático de relações institucionais no Congresso, interlocutor principal, mas que não se prende a esse papel institucional, a essa redoma (caso de Cláudio Melo Filho, caso de Ricardo Saud); laranja; agente burocrático que para cumprir a função criptoplutocrática vai até cabarés se preciso for (caso de Hilberto Mascarenhas); agente burocrático a serviço da carreira política do pai, do filho, da linhagem enfim (caso de Francisco de Assis Neto); tesoureiro informal (caso de Oswaldo Borges da Costa); sócio do clube de futebol, vice-presidente do clube e assessor parlamentar (caso de André Luiz de Oliveira); intermediário financeiro no exterior (caso de Jorge Luz e Bruno Luz); publicitário (caso de Marcos Valério, desde 1998, ao menos); quem opera o segredo e a senha criptoplutocrática (caso de Fernando Migliaccio); quem respeita a hierarquia criptoplutocrática em seus domínios e tem domínio pleno da ação, organiza e zela pelo futuro (caso de Fernando Migliaccio); um operador global, para além do Estado-Nacional, no quadro de um capitalismo financeirizado, mas de base nacional (caso de Fernando Migliaccio); paga no estrangeiro e não só em espécie (caso de Fernando Migliaccio); o amigo (caso do Sr. Furquim); consultor privado ou contato operacional (caso da Projeto Consultoria Financeira e Econômica Ltda).

A OUTRA FACE DA MOEDA CRIPTOPLUTOOCRÁTICA

Na própria delação da JBS aparecem procuradores e juízes envolvidos na teia criptoplutocrática brasileira, nomes de militares também apareceram em outras delações. No estado do Rio de Janeiro, um procurador-geral do estado estava envolvido na teia criptoplutocrática de Sérgio Cabral. Atraídos por milionários ganhos nas carreiras de “Compliance” privadas, procuradores, como um procurador que era lotado

na procuradoria Geral de Rodrigo Janot, podem fazer jogo duplo, pertencendo ao tipo operador político empírico. Dentro da tormenta weberiana sem saída: a burocracia do privado paga mais que a burocracia do público.

O candidato Lula, que liderava as intenções de voto em 2018 para a presidência da República acabaria na cadeia e impedido de concorrer. O juiz responsável pela sua sentença aceitaria o cargo de Ministro da Justiça em 2018 do adversário de Lula que ganhou a eleição.

O site “The Intercept” revelaria em 2019 relações complicadas entre judiciário e acusadores do Ministério Público, desnudando um tanto a performance e o ativismo político dos agentes burocráticos (MARTINS; DEMORI; GREENWALD; AUDI, 2019), que, na prática era face da mesma moeda criptoplutocrática e seus novos apetites para velhas gulas sobre a dominação.

O hino inóspito da deduragem, da caguetagem foi o canto de sereia para o emparelamento do sistema político que operava sob o financiamento privado de eleições. A chamada Operação Lava-Jato organizou-se num rito de fases como capítulos de folhetins, expostos com suspense no fim, cotidianamente nos jornais, conforme a fila dos dedos-duros; uma transparência pública pretensa ensejada pela relação radioativa entre juiz, acusação, fontes e comandos da imprensa oligopolista e inusitada articulação internacional autônoma que extrapolava os limites do Estado-Nacional.

A fonte de inspiração é a operação “Mani Pulite”, que acabaria por catapultar Berlusconi ao poder na Itália. Se prestaria também para a destruição de importantes empresas nacionais que atuavam como global players, o que gerou crise gigantesca de desemprego em cadeias produtivas inteiras no Brasil.

Para o Professor Fábio de Sá e Silva, desposando o conceito de patrimonialismo e corrupção, a operação Lava-Jato foi a plataforma da extrema direita no Brasil.

Ao exigir poder extra, afirmando representar o povo e desafiando a institucionalidade em nome de um pretense “bem maior”, soa como símile de um tribunal da santa inquisição católica e protestante, que tudo pode.

Fabiana Alves Rodrigues, em seu livro “Lava Jato: aprendizado institucional e ação estratégica na justiça”, de 2020, expõe sua crítica a existência dos inimigos seletivos

para a operação. Além dessa, vastíssima publicação dominou a cena brasileira. Uma imensa maioria dos escritos, porém, laudatória, feito “free-riders”, como âncora para a manutenção e reprodução das desigualdades, o ordenamento dos assuntos que importam e dos tempos da política brasileira, centrada no par patrimonialismo-corrupção como explicação do Brasil, não querendo ver os enormes ganhos privados dos tóteres da operação.

Daniel Chiarecci, Christian Lynch foram outros autores que desnudaram trevas da operação.

Elementos da inquisição, presentes nos estudos de Carlo Guinzburg, não faltaram no bolo nacional servido aos lares pelo oligopólio das comunicações. Na Inquisição o tribunal era um só e andante nos territórios, havia a acusação e seu peso majestático feito os juízes do juízo final. Paradoxalmente, uma inquisição, pode ser rica em informações, do que fez uso o historiador Carlo Guinzburg para erguer a história de um moleiro perseguido. O que também vale para este estudo mínimo.

CONCLUSÃO

No quadro do financiamento privado de eleições dominante no Brasil até 2014, tanto a política como o universo das políticas públicas sofrem influência corrosiva de uma criptoplutocracia, de matriz histórica no sistema político brasileiro, base para a dominação e a perpetuação da desigualdade.

Se para o caso inglês, Bernhagen (2012, p. 571), através de matérias de jornais, concluiu que o dinheiro de doações das firmas para os partidos no governo não ajuda as empresas a aumentarem a probabilidade de que os resultados das políticas públicas estejam de acordo com suas preferências, a conclusão é oposta para o caso brasileiro. Isto graças a um mergulho analítico na criptoplutocracia, no poder invisível e seus mecanismos, evidenciado nos casos dos grupos de interesses empresariais informados pelas holdings “J&F” e “Odebrecht”, dos setores dinâmicos da economia brasileira.

O operador político emerge na história do Brasil no bastão que passa do capanga ao cabo eleitoral, no processo de deslocamento do poder no sistema político do regional (política dos governadores, partidos estaduais) para o Congresso (partidos nacionais). Em relação ao tipo puro, o operador político empírico, espécie de mola mestra do poder

criptoplutocrático, revela-se mais complexo, capaz de múltiplos papéis burocráticos, inserido numa dinâmica criptoplutocrática de alcance global.

O comando da criptoplutocracia sobre o sistema político brasileiro vem mesmo de longa data, identificado na Primeira República, na Segunda e na Terceira República, no processo histórico de industrialização tardia e burocratização tardia e dependente do Brasil.

A importância da linhagem política forte nos vários níveis de governo e nos parlamentos, a densa presença territorial e a lógica de perpetuação de uma herança de poder criptoplutocrático restam fortemente indicados.

Essa percepção sinaliza para mais estudos.

Se Victor Nunes Leal (1947) indicava a ausência do Ministério Público como um fator facilitador da permanência do coronelismo nos anos 1940, a presença do Ministério Público autônomo no Brasil hodierno ajudou a revelar a vasta mancha criptoplutocrática no sistema político brasileiro, como herança do coronelismo, mas ao tempo de mostrar seus limites: as possíveis relações tortas entre juiz, acusação e empresas e, a presença de procuradores no ninho criptoplutocrático, como parte também interessada na dominação que opera a procissão infinita da desigualdade no Brasil.

Mais do que só sustentar uma hipótese em sentido positivo da correlação entre o poder econômico e as eleições, da forte influência de grupos de interesses empresariais sobre a política, a presença de uma burocracia especial, a criptoplutocracia, acende um alarme sobre o quadro interpretativo histórico e atual da democracia brasileira, do sistema político brasileiro, das teorias de políticas públicas.

Esse breve estudo, pode ser entendido também como um questionamento e deslocamento da ideia recorrente da noção weberiana de patrimonialismo como explicação capital para a dominação no Brasil.

Ao buscar explorar uma categoria weberiana pouco elaborada, e, através da compreensão de um de seus elos burocráticos racionais empíricos, a figura do operador político, a moderna burocracia, vinculada aos setores dinâmicos da economia capitalista e não o patrimonialismo estatal, vinculado aos setores mais atrasados, poderia talvez

informar melhor como no Brasil, ao longo do tempo, se reproduz no sistema político uma minoria complexa, junto com a reprodução simultânea da desigualdade social, da violência, da desigualdade racial, do perigoso desencanto com a democracia e da enorme concentração da riqueza nas mãos de poucos, muito poucos, cuja gula nunca cessa, em particular quando novos pratos de riqueza são servidos pela mesa da história, como foi o caso da descoberta de vasto petróleo no Brasil, ganho pelas mãos criptoplutocráticas, auxiliadas em muito pelo Ministério Público, pelo partido real do judiciário, por sua posição de anunciante nos grandes oligopólios de comunicação, locais e mundiais. A desigualdade segue. É preciso fazer a crítica da riqueza e olhar para sua conexão com a violência na manutenção do status quo no Brasil, isso para fazer sua distribuição graúda e não apenas de migalhas, distribuição que passa pela democratização do poder político para quebrar os sentidos profundos da dominação criptoplutocrática e sua violência operativa na democracia no Brasil muito rico.

Referências:

AFFONSO, Julia; BRANT, Ricardo; MACEDO, Fausto; COUTINHO, Mateus. **DELATOR-BOMBA DA LAVA JATO DIZ QUE PROPINAS NAS ELEIÇÕES VÊM DESDE 1946**. São Paulo, Jornal O Estado de São Paulo, 16 de junho de 2016, disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/delator-bomba-da-lava-jato-diz-que-propinas-nas-eleicoes-vem-desde-1946/>, acessado em 15 de maio de 2019, às 20 horas.

AFFONSO, Julia; BRANT, Ricardo; MACEDO, Fausto. **‘ARY FICHINHA’ OPERADOR DE SÉRGIO CABRAL CHAMA PADRE COMO TESTEMUNHA DE DEFESA**. São Paulo, Jornal O Estado de São Paulo, 04 de abril de 2017, disponível em <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/ary-fichinha-operador-de-sergio-cabral-chama-padre-como-testemunha-de-defesa/>, acessado em 10/04/2019, às 23 horas.

BERNHAGEN, Patrick. **WHO GETS WHAT IN BRITISH POLITICS – AND HOW?** An analysis of media reports on lobbying around government policies, 2001-7. *Political Studies*, vol. 60, 557-577, 2012.

BÔAS, Gláucia Villas. **A RECEPÇÃO CONTROVERSA DE MAX WEBER NO BRASIL (1940-1980)**. *Dados*, Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 57, nº 1, 2014, pp. 5 a 33, 2014.

BRAMATTI, Daniel; GODOY, Marcelo. **NO CONGRESSO, 1 EM CADA 3 ELEITOS TEVE DINHEIRO DA JBS**. São Paulo, Jornal O Estado de São Paulo, 22 de maio de 2017, disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,no-congresso-1-em-cada-3-eleit-os-teve-dinheiro-da-jbs,70001803731>, acessado em 21/05/2019, às 22 horas.

BRANDT, Ricardo; AFFONSO, Julia; HUPSEL FILHO, Valmar; MACEDO. **EMILIO DIZ A MORO QUE ODEBRECHT PAGA CAIXA DOIS DESDE A ÉPOCA DE SEU PAI.** São Paulo, Jornal O Estado de São Paulo, 14 de março DE 2017, <http://politica.estadao.com.br/blogs/faustomacedo/emilio-diz-a-moro-que-odebrecht-paga-caixa-2-desde-a-epoca-de-seu-pai/>, acessado em 19/05/2019, às 20 horas.

BRITO, Leonardo Octavio Belineelli de. **BRASIL: ORIENTE POLÍTICO? UMA DISCUSSÃO SOBRE O PATRIMONIALISMO ESTATISTA.** Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, São Paulo, 2015.

BUNDERKRANTZ, Anne Skorkjaer; e CHRISTINSEN, Peter Munk; PEDERSEN, Helene Helboe. **A PRIVILEGED POSITION? THE INFLUENCE OF BUSINESS INTERESTS IN GOVERNMENT CONSULTATIONS.** Journal of Public Administration Research and Theory, n. 24, 879-896, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. **OS BESTIALIZADOS: o Rio de Janeiro e a República que não foi.** Companhia das Letras, São Paulo, 2004.

CONNELL, Raewyn. **SOUTHERN THEORY: THE GLOBAL DYNAMICS OF KNOWLEDGE IN SOCIAL SCIENCES.** Cambridge, Polity, 2020[2009].

FAORO, Raimundo. **OS DONOS DO PODER.** Companhia das Letras, São Paulo, 2022 [1958, 1975].

FONSECA, Pedro; GAIER, Rodrigo Viga. **OPERAÇÃO DESMONTA ORGANIZAÇÃO QUE MOVIMENTOU R\$260 MI EM PROPINA NO SETOR DE TRANSPORTES NO RJ.** Rio de Janeiro, O Globo, 03 de julho de 2017, disponível em <https://oglobo.globo.com/economia/operacao-desmonta-organizacao-que-movimentou-r260-mi-em-propina-no-setor-de-transportes-no-rj-21547269>, acessado em 10/06/2019, às 22 horas.

KUPER, Gina Zabludovsky. **PATRIMONIALISMO Y MODERNIZACIÓN: poder y dominación em la sociologia del Oriente de Max Weber.** Fondo de Cultura Económica, México, 2011.

LEAL, Victor Nunes. **CORONELISMO, ENXADA E VOTO: o município e o regime representativo no Brasil.** Companhia das Letras, São Paulo, 2012[1947].

LUKES, Steven. **POWER: a radical view**”. Second Edition, Palgrave Macmillan, New York, USA, 2005.

MARIZ, Renata; e BRESCIANI, Eduardo. **DELATOR DIZ QUE DINHEIRO DA JBS IRRIGOU 1829 CANDIDATOS DE 28 PARTIDOS.** Rio de Janeiro, Jornal O Globo, 19 de maio de 2017, disponível em <https://oglobo.globo.com/brasil/delator-diz-que-dinheiro-da-jbs-irrigou-1829-candidatos-de-28-partidos-21366155>, acessado em 19/06/2019, às 21 horas.

MARTINS, Rafael Moro; DEMORI, Leandro; GREENWALD, Glenn; AUDI Amanda Audi. **AS MENSAGENS SECRETAS DA LAVA JATO.** <https://theintercept.com/2019/06/14/sergio-moro-enquanto-julgava-lula-sugeriu-a-lava->

[jato-emitir-uma-nota-oficial-contr-a-defesa-eles-acataram-e-pautaram-a-imprensa/](#), acessado em 20/06/2019, 20hs.

MATOS, Hebe. **DAS CORES DO SILÊNCIO**. São Paulo: Editora da Unicamp, 2013.

MAYER, Jane. **DARK MONEY: the hidden history of the billionaires behind the rise of the radical right**". Toronto, Doubleday, 2016.

MPF-PGR. **TERMO DE PRÉ-ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA DE JOESLEY BATISTA: MPF versus Francisco de Assis e Silva (Advogados)**". Brasília, disponível em <https://jota.info/>, acessado em 10 de junho de 2017, às 17 horas, 2017.

REZENDE, Constança; NEDER, Vinicius. **TCE DO RIO ACHACAVA PREFEITOS, DIZ DELATOR**. São Paulo, Jornal O Estado de São Paulo, 10 de abril de 2017.

ROVENAT, Fernanda. **PF DETALHA OPERAÇÃO PARA PRENDER CÚPULA DO TRANSPORTE RODOVIÁRIO DO RJ**. Rio de Janeiro, Portal G1, 03 de julho de 2017, disponível em <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/pf-detalha-operacao-para-prender-cupula-do-transporte-rodoviario-do-rj.ghtml>, acessado em 10/05/2019, às 21 horas.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **CIDADANIA E JUSTIÇA: a política social na ordem brasileira**". Rio de Janeiro, Editora Campos, 1979.

SCHWARTZMAN, Simon. **A ATUALIDADE DE RAYMUNDO FAORO**. Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n. 2, p. 207-2013, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. **BASES DO AUTORITARISMO BRASILEIRO** (4ª Edição). Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.

SELL, Carlos Eduardo. **MAX WEBER**. Em Tese, v.11, nº1, jan-jun, pp. 1-9, Florianópolis, 2014.

SERAPIÃO, Fabio; BULLA, Beatriz; FABRINI, Fábio. **ESQUEMA DA ODEBRECHT ATINGE OS 26 ESTADOS E DF**. São Paulo, Jornal O Estado de São Paulo, 14 de maio de 2017, disponível em <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,esquema-da-odebrecht-atinge-os-26-estados-e-df,70001779848>, acessado em 10/04/2019, às 20 horas.

SEVCENKO, Nicolau. **LITERATURA COMO MISSÃO: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**". Editora Brasiliense, São Paulo, 1999..

SJD-COARE (SECRETARIA JUDICIÁRIA-COORDENADORIA DE ACÓRDÃO E RESOLUÇÕES). **AUDIÊNCIA DO SENHOR MARCELO BAHIA ODEBRECHT: sem revisão dos oradores 1º de março de 2017**. Brasília, Tribunal Superior Eleitoral, 2017.

ZAVASCKI, Teori. **DECISÃO**. STF, 24/05/2016, p. 353-357, <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/06/volume2.pdf>, acessado em 10/06/2019, 17 hs.

WEBER, Max. **ECONOMIA E SOCIEDADE**. Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie. Editora UnB e Imprensa Oficial, Vol. I e Vol. II, São Paulo, 2004.

WEBER, Max. **ECONOMY AND SOCIETY**. Berkeley, University of California Press, 1978..

WERNECK VIANNA, Luiz. **WEBER E AS INTERPRETAÇÕES DO BRASIL**. Novos Estudos CEBRAP, n. 53, p. 33-47, março 1999.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

O autor declara que não há conflito de interesse com o presente artigo.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.